

Desorientação geral na política econômica *Com Brasil*

GAZETA MERCANTIL

4 SET 1987

4 SET 1987

Herbert Levy (*)



Raras vezes um problema se colocou de forma tão tumultuada quanto esse de nossa dívida externa. E não apenas esse problema se vai tornando desnorteante como algumas posições do ministro da Fazenda não ajudam a dar crédito ao seu plano. Por exemplo: o sr. Bresser Pereira sabia que o congelamento de preços, tão do agrado do PMDB, que prefere posar de oposição a assumir suas responsabilidades de governo, não funciona. Por isso, obrigado a incluir o congelamento, ele não só lhe reduziu o prazo como também se disse aberto a reexames em todos os casos justificáveis.

De fato ele abreviou a flexibilidade. Só que esta não

funciona para valer e leva as lideranças empresariais a falar de novo em desobediência civil ante o absurdo de serem as empresas obrigadas a vender abaixo dos custos, frequentemente elevados pelo próprio governo para ajustar tarifas das empresas estatais.

Ora, o ministro sabe que a razão principal do rompimento das comportas para dar lugar à inflação caótica pós-Plano Cruzado foi justamente o congelamento de preços, que represou as águas para soltá-las em avalanche.

Diante disso, como repetir a receita agora? A "flexibilidade" não significa exatamente acertar os preços que se demonstrem insustentáveis? E acertá-los, pressupõe-se, criteriosamente, não como está sendo feito, obrigando as empresas a arcar com prejuízos para muitas insustentáveis.

Ao artificialismo imposto

pelo Estado, sob o fundamento de salvar sua política econômica, é legítimo que as empresas se defendam: parar a produção, dar férias e reduzi-la por todos os meios para tentar reduzir o prejuízo ou partir para a famosa desobediência civil, que já levou o presidente Sarney a agredir o presidente Mário Amato, da FIESP, como subversivo, quando este, com a maior franqueza, apontou a situação insustentável que o governo criava para as empresas, isto é, para a própria economia produtora. Ora, a política econômica do governo tem o dever prioritário de amparar, em qualquer política econômica, os interesses da economia produtora ou não é política econômica coisa nenhuma. Mesmo porque afeta irremediavelmente o social — prioridade 1 do governo — levando ao maior desemprego.

De esse irrealismo que faz

com que despontem as dúvidas crescentes em relação ao plano Bresser Pereira. Mas, voltando ao tópico inicial, esse problema da dívida externa está tão confuso e tumultuado que levou uma revista do respeito e da responsabilidade da The Economist, que ainda há meses fez uma edição especial altamente elogiosa ao Brasil — futura potência mundial, em sua conclusão —, a dar um puxão de orelhas no governo brasileiro.

Esse problema da dívida precisa ser encarado com seriedade e com responsabilidade. Ele não comporta tiradas demagógicas político-partidárias do agrado das esquerdas ou de uma parte menos esclarecida da opinião.

Se temos a oportunidade oferecida pelos credores de voltar a uma atmosfera satisfatória para negociar, mediante um pagamento simbólico que não chega a

dez por cento do que devia ser pago regularmente em juros, vamos fazer esse pagamento e vamos negociar sem pressões, com realismo e com seriedade.

Sou insuspeito para afirmá-lo, pois todos conhecem a posição que assumi em Washington, desde outubro de 1984, demonstrando a um auditório do mais alto nível que mais da metade da nossa dívida era injusta e isso com o aplauso desse auditório.

Mas uma coisa é negociar com seriedade, objetivamente, com os argumentos indiscutíveis que temos e outra é fazer moratória unilateral, tergiversar, avançar e recuar, como tem feito o governo, provocando a desorientação internacional e afetando de modo lamentável o crédito do País.

(*) Presidente do conselho de administração e diretor responsável da Gazeta Mercantil.